

**Política de Segurança da Informação:
Decreto nº 8.135/2013**

Brasília, dezembro de 2014



Ministério das Comunicações

❖ **2013:** Escândalo envolvendo o vazamento de dados da NSA. Segundo as informações vazadas a NSA teria **espionado** a **comunicação pessoal** de chefes de Estado e de Governo, como a presidenta Dilma Rousseff. A Petrobrás também teria sido espionada.




❖ **2014:** Edward Snowden ganha prêmio de direitos humanos sueco por suas revelações sobre a escala de vigilância da NSA

2014: O Terceiro Comitê da Assembleia Geral da ONU aprova **por unanimidade** o projeto de resolução apresentado por Brasil e Alemanha defendendo o **direito à privacidade em caso de procedimento ilegal de espionagem.**

Ministério das Comunicações

Padrão ePING

Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico

- ❑ A arquitetura ePING define um conjunto **mínimo** de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização de TICs no governo federal
- ❑ Áreas cobertas pela ePING 
- ❑ Permite racionalizar investimentos em TIC, por meio do compartilhamento, reuso e intercâmbio de recursos tecnológicos.



Interconexão

Segurança

Meios de
Acesso

Organização e Intercâmbio
de Informações

Áreas de Integração
para eGov

Ministério das Comunicações

GSI/PR

- Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
- Órgão responsável pela assistência direta e imediata à presidência no assessoramento pessoal em assuntos militares e de segurança.

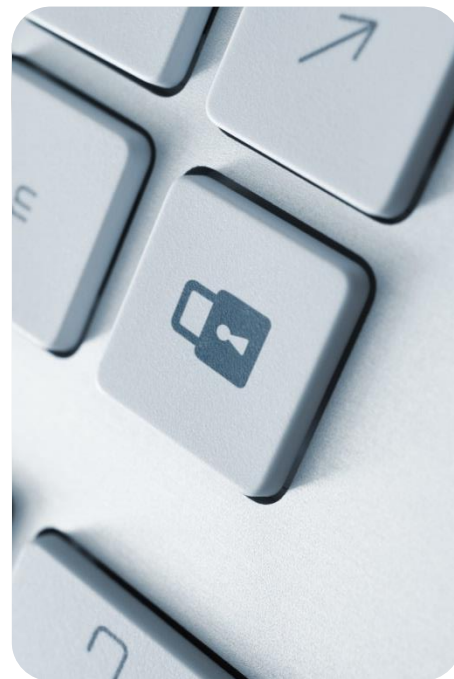
Normas existentes (2000-2013)

4 Decretos

3 Instruções normativas

21 Normas complementares à IN 01 – SIC

1 Norma complementar à IN 02 –
Credenciamento de Segurança



Ministério das Comunicações

Decreto nº 8.135/2013

Destaques:

- Realização das **comunicações de dados da administração pública federal (APF)** direta, autárquica e fundacional por meio de **redes de telecomunicações e serviços de tecnologia da informação** fornecidos por órgãos ou entidades da APF, incluindo **empresas públicas e sociedades de economia mista da União** e suas subsidiárias.
- Dispensa de licitação para contratação de contratações envolvendo comunicações de dados que possam comprometer a segurança nacional
 - Regulamentação do art. 24, **caput**, inciso IX, da Lei n. 8.666/1993

“IX - quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional”

Decreto nº 8.135/2013

Destaques (cont.):

- Devem ser adotados serviços de **correio eletrônico e funcionalidades complementares** oferecidos por órgãos e entidades da administração pública federal.
 - Programas e equipamentos devem **ter características que permitam auditoria** para fins de garantia da **disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade** das informações
- O **armazenamento e a recuperação de dados [backup]** deverão ser realizados em centro de processamento de dados fornecido por órgãos e entidades da administração pública federal.

Ministério das Comunicações

Portaria Interministerial MP/MC/MD nº 141/2014

Destaques:

- Definição de **procedimentos**, **abrangência** e **prazos** de implementação, considerando:
 - as peculiaridades das comunicações dos órgãos e entidades da administração pública federal; e
 - a capacidade dos órgãos e entidades da administração pública federal de ofertar satisfatoriamente as redes e os serviços a que se refere o caput.
- Procedimentos:
 - Órgão gerenciador: Ministério do Planejamento → regulamenta as contratações
 - Estabelecimento de prioridades, especificações técnicas, regras, parâmetros, sanções, indicadores, processos padronizados de contratação

Portaria Interministerial MP/MC/MD nº 141/2014

Destaques (cont.):

- **Abrangência** – Foco em serviços prioritários (correio eletrônico; compartilhamento e sincronização de arquivos; mensageria instantânea; conferência (teleconferência, telepresença e webconferência); comunicação de voz sobre protocolo de internet (VoIP).
- **Prazos (a partir de maio de 2014)**
 - Serviços de TI: 24 meses
 - Serviços de redes de telecomunicações:
 - 24 meses para nas capitais e regiões metropolitanas; e
 - 60 meses nas demais localidades.

Ministério das Comunicações

Portaria Interministerial MP/MC/MD nº 141/2014

O Termo de referência deve conter:

- **comprovação** da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações trafegadas por meio de programas
- **atendimento às normas e padrões de segurança** estabelecidos pela Administração para acesso e uso das instalações e equipamentos;
- **possibilidade de realização de auditoria em programas e equipamentos** por órgão ou entidade contratante ou por instituição credenciada pelo Governo Federal; e
- aplicação de **sanções** em caso de incidente de segurança, intencionalmente ou por omissão.
- Adesão às diretrizes e especificações técnicas estabelecidas, em capítulo específico, da arquitetura e-PING
- Nos casos em que **não houver oferta da prestação de serviços por órgãos ou entidades fornecedores**, **é permitida** a contratação de serviços de redes de telecomunicações ou de tecnologia da informação junto a **fornecedores privados**.

Documentos em Consulta Pública

Minuta do Documento de Referência da ePING 2015

Padrão de Formação de Endereços de Correio Eletrônico de Caixas Postais Individuais (ePING)

CrITÉrios de Auditoria de Segurança (MP/SLTI/CGGSIC)

Propõe um conjunto de especificações técnicas, premissas e diretrizes referentes às características que permitam auditoria de SIC

Modelo de Governança de Auditoria (MP/SLTI/CGGSIC)

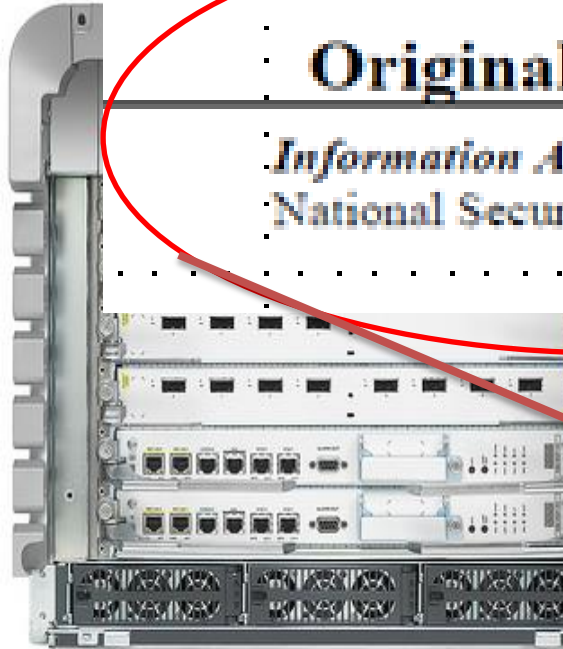
Apresenta a proposta inicial de um modelo de gestão, com as estruturas necessárias para auxiliar a gestão e controle de SIC de dados na Administração Pública

Serviços ofertados pela Telebras

Tabela de Padrões



EAL – Evaluation Assurance Level



Original Signed By

Information Assurance Director
National Security Agency

Information Assurance Partnership

Criteria Certificate



is awarded to

Systems, Inc.

has been evaluated at an accredited testing laboratory using the Common Criteria Evaluation and Validation Scheme (Version 2.3) for conformance to the Common Criteria for Information Assurance. This certificate applies only to the specific version and release of the product's functional and assurance security specifications are

The evaluation has been conducted in accordance with the provisions of the NIAP Common Criteria Evaluation and Validation Scheme and the conclusions of the testing laboratory in the evaluation technical report are consistent with the evidence adduced. This certificate is not an endorsement of the IT product by any agency of the U.S. Government and no warranty of the IT product is either expressed or implied.

Product Name: IOS IPsec on the Integrated Services Routers, VPN Services Module (VPNSM) and IPsec VPN Shared Port Adapter (SPA), including VLAN Separation
Evaluation Platform: IOS IPsec on the 870, 1800, 2800, and 3800 Integrated Services Routers, Catalyst 204VXR, 7206VXR, and 7301 with IOS 12.4(11)T3; Catalyst 6500 Series Switches and 7600 Series Routers with IOS 12.2(18)SXE10

Name of CCTL: Arca CCTL
Validation Report Number: CCEVS-VR-VID10116-2008
Date Issued: 31 May 2008
Assurance Level: EAL 4 Augmented ALC_FLR.1
Protection Profile Identifier: None

Original Signed By

Director, Common Criteria Evaluation and Validation Scheme
National Information Assurance Partnership

Original Signed By

Information Assurance Director
National Security Agency

Ministério das Comunicações



A **dúvida instaurada** com o escândalo de vazamento de informações **não paira sobre o Governo Federal.**

A **participação do setor privado é fundamental**, pois traz subsídios para alcançarmos mais inovação, confiabilidade e melhoria ao uso das ferramentas de TICs pelo Governo Federal

Qual a proposta do Setor Privado pra aumentar a **Segurança e a **Confiabilidade** das comunicações de Governo?**

Obrigado

José Gustavo Sampaio Gontijo
Diretor de Indústria, Ciência e Tecnologia

